

Campos quer PSB no palanque de Alckmin

Governador de Pernambuco age para que seu partido apoie reeleição de governador tucano e isole petistas na sucessão do ano que vem

Pedro Venceslau
Ricardo Chapola

A aproximação política do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e do senador mineiro Aécio Neves (PSDB), potenciais adversários de Dilma Rousseff na corrida presidencial de 2014, já prevê uma tática de isolamento do PT na disputa pelo governo paulista. A dupla trabalha para que seus partidos estejam juntos nos Estados onde o cenário local mostra uma conjuntura viável, e São Paulo é um dos pilares dessa estratégia.

O diálogo nacional acelerou a aproximação dos tucanos com o PSB no Estado de São Paulo. O partido de Campos sinaliza apoio à reeleição do tucano Geraldo Alckmin e mostra interesse pela vaga de vice na chapa. Apesar de integrar o primeiro escalão do governo paulista desde a gestão de Mário Covas, o PSB nunca apoiou o PSDB nas disputas eleitorais. Alckmin já dá como certo o apoio do DEM, PTB, PPS, PRB e PSC, e negocia com PP e PR. Como PMDB, PSD, PDT e PV devem lançar candidatos próprios, restam poucas alternativas de aliança para os petistas no Estado. O PSB conta com 110 nas inserções de rádio e TV.

Um dos principais interlocutores de Eduardo Campos no Congresso e presidente do PSB mineiro, deputado Julio Delgado, disse esperar que seu partido e o PSDB estejam juntos em pelo menos três Estados estratégicos no ano que vem. “A peculiaridade de Minas (onde os dois partidos estão juntos) é a mesma de Pernambuco. A gente também tem essa preocupação com São Paulo, que é o Estado mais importante nesse contexto”, disse o parlamentar ontem à *Rádio Estadão*. Aliados de Aécio dizem que o acordo seria



Inimigo comum. O governador Geraldo Alckmin (esq.) deve ser beneficiado por estratégia nacional de Eduardo Campos

bom para o senador e melhor ainda para Campos, pois fortalecerá um palanque local de oposição a Dilma. No primeiro turno, os dois presidenciáveis fariam campanhas separadas no Estado, mas, no segundo, estariam unidos contra a petista.

Vice cobiciada. O presidente do PSB paulista, Márcio França, reuniu-se na semana passada com o deputado Duarte Nogueira, dirigente do PSDB no Estado, e pediu que os socialistas indicassem o candidato a vice na chapa de Alckmin. França é hoje um interlocutor frequente do governador e faz parte do núcleo político do Palácio dos Bandeirantes e ele mesmo pleiteia

● **Pacto à vista**
“Acho que temos condição de pensar num palanque comum, ou em pacto de não agressão, se tivermos dois palanques”

“A peculiaridade de Minas é a mesma de Pernambuco. A gente também tem essa preocupação com São Paulo, que é o Estado mais importante nesse contexto”

Julio Delgado
DEPUTADO FEDERAL (PSB-MG)

essa vaga. O problema é que outras siglas têm a mesma demanda. “O PTB vai reivindicar o cargo de vice. Somos o partido mais consistente da aliança”, afirmou o presidente do PTB paulista, o deputado estadual Campos Machado.

Aliado de Alckmin no interior de São Paulo, o prefeito de Campinas, Jonas Donizete (PSB), disse que uma eventual aliança do governador com os socialistas daria um “tempero” que a chapa tucana nunca teve no Estado. “O Márcio França agregaria algo novo na candidatura de Alckmin”, disse Donizete.

Líderes do PSB acreditam que a composição “ganhará a sua parte de esquerda”, o que pode-

ria atrair um eleitor mais resistente a votar no PSDB. O PSB paulista, em especial na capital, tem histórico de aliado do PT.

Erundina. Outra alternativa ventilada por setores do PSB é lançar uma candidatura própria ao governo. Isso daria um palanque mais consistente para Eduardo Campos em São Paulo. Dois nomes têm força dentro do partido, caso seja essa a escolha dos dirigentes socialistas: a deputada Luiza Erundina, que deve coordenar a campanha de Campos em São Paulo, ou o próprio Márcio França.

Segundo um membro da executiva estadual do PSB, Erundina, que é egressa do PT e foi pre-

feita da capital paulista, tem mais “consistência eleitoral” do que França. A cúpula do PSB paulista pretende fazer uma reunião com os diretórios municipais do Estado para sentir a reação da aproximação com Alckmin. Caso isso ocorra, o PSB estuda lançar a candidatura em voo solo na disputa pelo governo.

A estratégia do PSB em São Paulo segue à risca o que disse Julio Delgado sobre a costura dos palanques de oposição a Dilma no País. Se houver uma decisão favorável a candidaturas estaduais próprias, PSDB e PSB trabalhariam separadamente no Estado, mas respeitando um pacto de não agressão. No entanto, na esfera federal, em eventual segundo turno, as siglas se aliarão de vez, apoiando quem fosse para o embate com a petista.

“Acho que temos condição de pensarmos num palanque comum, ou em pacto de não agressão, se tivermos dois palanques”, afirmou Delgado. Segundo o deputado mineiro, em algum momento Aécio e Campos se unirão contra a candidatura da presidente.

“A máxima é verdadeira para os dois: tanto o Eduardo quer ter uma boa votação em Pernambuco e no Nordeste. Mas ele sabe que não terá unanimidade, o que vai obrigá-lo a deixar espaço para uma outra candidatura que não seja da presidente Dilma. Assim também é para Aécio”, completou.

Delgado assumiu a presidência do PSB em Minas com a missão de viabilizar um palanque no Estado, segundo maior colégio eleitoral do País, para Eduardo Campos, se ele for mesmo candidato à Presidência.

Ele tomou o lugar do ex-ministro Walfrido Mares Guia, amigo pessoal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que declara abertamente apoio à reeleição de Dilma Rousseff.

Afif acusa tucanos da Assembleia de coagi-lo a renunciar da vice

Se deixasse cargo, o hoje ministro abriria vaga na sucessão para presidente do Legislativo; Casa diz analisar decisão do STF

Fernando Gallo

O vice-governador de São Paulo e ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif Domingos (PSD), afirmou ontem ser alvo de coação do presidente da Assembleia de São Paulo, Samuel Moreira (PSDB), e o relator do processo de perda de mandato, deputado Cauê Macris (PSDB). A Casa abriu procedimento de impeachment contra Afif por ele ter aceito ser ministro da presidente Dilma Rousseff mesmo sendo vice do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

A fala representa um agravamento das tensões entre Afif e o PSDB de Alckmin – eles estão cada vez mais distantes desde que o vice-governador assumiu o cargo em Brasília, em maio.

Afif recorreu ao Supremo Tribunal Federal para suspender a tramitação do processo contra ele na Assembleia, e conseguiu, em liminar deferida pelo presidente em exercício, Ricardo Lewandowski, que afirmou que, em primeira análise, o Legislativo paulista extrapolou suas funções ao invadir competências legislativas da União, afrontando decisão anterior do Supremo.

O processo de perda de mandato permanecerá suspenso até o julgamento final da ação movida por Afif no STF. Na decisão, Lewandowski aponta supostos problemas nos ritos e procedimentos processuais sugeridos pela Procuradoria da Assem-

bleia – em parecer no qual o presidente Samuel Moreira se baseou para dar prosseguimento ao pedido de perda do mandato feito pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL) – e pelo relator Cauê Macris.

Sobre o primeiro caso, o ministro disse que Moreira “parece ter invadido seara normativa de competência da União”. Do segundo, afirmou que “criou um rito excepcional e específico para o processo de cassação do reclamado, com fixação de prazos processuais, nos autos de uma representação lastreada na Lei Federal 1.079/50, invadindo, pois, em uma primeira análise, seara legislativa de competência privativa da União”.

Em nota, Afif afirmou que recorreu ao STF “para salvaguardar os direitos dos eleitores de São Paulo e evitar que se repitam atos discricionários e ile-



Liminar. Tramitação de processo contra Afif foi suspensa

● **Assunto da União**
“Regras que disciplinem o julgamento dos agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratadas em lei nacional especial”
Ricardo Lewandowski
MINISTRO DO STF, CITANDO NORMA DA CORTE

gais que se comparam a instrumentos de regime de exceção que o Brasil busca sepultar”.

“Numa tentativa de coerção para que eu renunciasse ao meu cargo de vice-governador, por ter assumido a secretaria da Micro e Pequena Empresa, estão atropelando a Constituição brasileira, a Constituição paulista e o próprio STF”, escreveu. “O Supremo, em decisão anterior, expurgou da Constituição de São Paulo procedimentos in-

constitucionais que, não obstante, estão sendo utilizados pelo presidente da Assembleia e pelo relator do processo de cassação do meu mandato, numa clara afronta à determinação da própria Suprema Corte.”

Procurado, Moreira não se pronunciou. Macris afirmou, via assessoria, que teve conhecimento dos fatos pela imprensa e vai esperar a volta do recesso para ver quais providências serão tomadas. Em nota, a Assembleia disse que “examina a decisão liminar do STF” e que “a questão será tratada sempre do ponto de vista institucional e pela ótica do interesse público”.

Digitais. No Palácio dos Bandeirantes, a movimentação do vice foi vista como uma reação a conversas mantidas recentemente por deputados do PSDB com integrantes da CCJ que se pronunciaram a favor de Afif. Dos 13 integrantes da comissão, sete já se manifestaram a favor do vice. Os tucanos tentam esticar o trâmite do processo para tentar demover algum desses deputados de votar por Afif.

Genoino é operado, e Serra passa por cateterismo em SP

O deputado federal José Genoino (PT) foi operado ontem no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, para corrigir uma dissecação na artéria aorta – um rompimento nas paredes da artéria que pode resultar em fortes hemorragias e outras complicações graves. Segundo boletim

médico do hospital, o petista está na UTI Cardiológica. “O paciente encontra-se estável, recuperando-se de procedimento cirúrgico para correção de dissecação de aorta”, explica o boletim.

O irmão de Genoino, o também deputado José Guimarães (PT-CE), disse que o problema de era “grave”, mas acrescentou que Genoino agora passa bem. No Twitter, Guimarães agradeceu as orações.

Genoino foi hospitalizado anteontem em Ubatuba, no litoral norte paulista, depois de sen-

tiradores no peito. Durante a tarde foi transferido para o Sírio Libanês. Ele é ex-presidente do PT e foi condenado a 6 anos e 11 meses de prisão no ano passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção ativa e passiva e formação de quadrilha durante o julgamento do mensalão. Como suplente na bancada do PT, assumiu uma vaga na Câmara no início deste ano. É o seu sétimo mandato.

José Serra. Também o ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB) passou na quarta-feira pelo Sírio Libanês, para ser submetido a um cateterismo cardíaco. Tratava-se, inicialmente, de um procedimento pré-operatório, pois ele deverá se submeter em breve a uma cirurgia de próstata.

O procedimento, no entanto, detectou um problema inesperado e Serra recebeu um stent.

Ele “foi submetido a cateterismo cardíaco, sendo indicado tratamento percutâneo com colocação de um stent”, diz a nota. “O procedimento transcorreu com sucesso e sem intercorrências.” Após essa intervenção, ele “está apto a retomar as suas atividades rotineiras e poderá ser submetido a cirurgia originalmente programada num futuro próximo imediato”.

Serra passará, em breve, por uma prostatectomia por hiperplasia prostática benigna – cirurgia que consiste em retirar, total ou parcialmente, a próstata, que quando se torna muito grande prejudica o fluxo urinário.

Um terceiro político, o governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), internado com câncer no estômago, teve alta na quarta-feira e se transferiu para um hotel da capital.

Procuradoria aciona espólio de Quércia

A Procuradoria-Geral de Justiça ingressou com ação de execução contra o espólio do ex-governador de São Paulo Orestes Quércia (1987/1990) para reparação de dano ao Tesouro no valor de R\$ 1,45 milhão. A medida tem base em sentença que impôs a Quércia condenação por improbidade administrativa.

Em 1988, o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) capeou estradas na zona rural de Pedregulho (SP) e aproveitou para instalar uma cerca de 10 quilômetros de mourões na fazenda Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Quércia, então vice-governador. Em 1998, a 3.ª Vara da Fazen-

da Pública da Capital condenou Quércia à devolução do valor gasto pela autarquia, à época calculado em R\$ 69.577,20. Entre recursos, apelações e embargos, o caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, que deu sentença definitiva. Técnicos da promotoria atualizaram a quantia, acrescida de multa, custas e uma vez o valor da lesão, chegando aos R\$ 1.454.692.

Quércia morreu em 2010. A cobrança recai sobre o espólio, representado pelos herdeiros – dois ex-superintendentes do DER terão de desembolsar soma igual. A investigação sobre os mourões foi realizada em 1993 pelo então promotor Márcio Fernando Elias Rosa. Vinte anos depois a execução está a cargo do próprio Elias Rosa, que hoje ocupa a cadeira de procurador-geral, mandatário máximo do Ministério Público Estadual. / FAUSTO MACEDO